Artigo 4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros e corresponde à soma das seguintes quotas: uma de 4750 euros, pertencente à sócia Maria Helena Coelho de Jesus Horta, e outra de 250 euros, pertencente à sócia Ana Lúcia Pires Bonifácio.

Artigo 5.º

1 — Os sócios poderão celebrar com a sociedade contratos de suprimentos nos termos a fixar em assembleia geral.

2 — Poderão ser exigidas aos sócios prestações suplementares de capital até ao montante global de 100 000 euros.

Artigo 6.º

1 — A gerência e a representação da sociedade é exercida pelos gerentes a designar em assembleia geral.

2 — Os gerentes serão ou não remunerados, conforme for deliberado em assembleia geral, a quem compete fixar as remunerações, as quais poderão ser certas ou consistir, total ou parcialmente, numa percentagem nos lucros do exercício.

3 — A sociedade fica vinculada com a assinatura de um gerente.

Artigo 7.º

1 — A cessão de quotas, total ou parcial, entre sócios, entre estes e os seus descendentes, ou entre sócios e a sociedade, é livremente permitida, podendo, para tanto, serem feitas as divisões que forem necessárias, sem dependência de qualquer outro consentimento.

2 — A sociedade, em primeiro lugar, e os sócios não cedentes, se aquela não desejar exercê-lo, terão direito de preferência na cessão, total ou parcial, de quotas a favor de pessoas diversas das mencionadas no número anterior.

3 — Presume-se que a sociedade e os seus sócios não pretendem exercer tal direito de preferência se não comunicarem esse propósito ao sócio que desejar alienar a quota no prazo de 30 dias após este lhes comunicar a sua intenção e os elementos essenciais do negócio.

Artigo 8.º

1 — A sociedade poderá amortizar ou fazer adquirir por terceiro qualquer quotas nos seguintes casos:

- a) Por acordo com o sócio titular da quota;
- b) Se a quota for objecto de penhor, arresto, penhora, arrolamento ou a procedimento cautelar ou quando por qualquer motivo tiver sido sujeita a apreensão ou se deva proceder à sua venda, arrematação ou adjudicação em qualquer processo judicial, fiscal ou administrativo, ou for dada em caução de obrigações que o titular da quota assumia sem que a prestação de tal garantia seja autorizada pela sociedade;
- c) Se o sócio tiver sido judicialmente declarado insolvente;
- d) Se a quota houver sido dada em usufruto sem o prévio consentimento da sociedade;
- e) Se a quota houver sido cedida, seja a título oneroso ou gratuito, com infracção ao disposto no artigo 7.º;
- f) Se por efeito de partilhas em vida do sócio, a quota ou parte dela for adjudicada a pessoa que não seja sócio.

2 — O valor da contrapartida da amortização nos casos previstos nas alíneas b) e c) deste artigo será o que para a respectiva quota resultar do último balanço social aprovado ou, no caso de ainda o não haver, o valor nominal da dita quota, cujo valor será pago em duas prestações semestrais e iguais, sem acréscimo de juros, vencendo-se a primeira seis meses após a data da deliberação da amortização e a segunda decorrido um ano sobre a mesma data. Nos casos previstos nas alíneas d), e) e f), o valor da contrapartida a pagar pela amortização será igual ao valor nominal da quota, cujo pagamento será efectuado em quatro prestações semestrais, iguais e sucessivas, sem acréscimo de juros, vencendo-se a primeira três meses após a data da referida deliberação.

3 — Se o sócio cuja quota seja amortizada tiver algum débito à sociedade, ao valor a pagar será deduzida a respectiva importância em dívida.

Artigo 9.º

1 — Em caso de morte, interdição ou inabilitação de um sócio, a sociedade continuará com os herdeiros do falecido ou o representante legal do interdito ou inabilitado, devendo aqueles designar entre si um que a todos represente na sociedade enquanto a quota se mantiver

indivisa, devendo tal designação ser comunicada à sociedade, por meio de carta registada, assinada por todos ou pelos que fizeram maioria na votação, sem o que não se verificará essa representação.

2 — É dispensada qualquer autorização para a divisão de quota entre os herdeiros do sócio falecido.

Artigo 10.º

Os lucros líquidos que resultarem do balanço anual de cada exercício, depois de deduzidas as quantias destinadas à reserva legal, terão o destino que os sócios deliberarem em assembleia geral.

Artigo 11.º

A liquidação, em caso de dissolução, efectuar-se-á extrajudicialmente, sendo liquidatários os gerentes que à data estiverem em exercício.

Gerente designada: Maria da Graça Horta Leitão Flora.

Está conforme o original.

11 de Novembro de 2004. — A Segunda-Ajudante, *Maria Filomena da Costa Silva Loureiro*.

2007516160

GAMEIRO E FERNANDES, L.ª**Anúncio n.º 7681-OI/2007**

Conservatória do Registo Comercial de Alcanena. Matrícula n.º 169/19750507; identificação de pessoa colectiva n.º 500356297; data do depósito: 20050628.

Certifico que foram depositados na pasta respectiva os documentos de prestação de contas do exercício de 2004.

Está conforme o original.

11 de Dezembro de 2006. — A Segunda-Ajudante, *Orlinda Maria Mateus Henriques Ferreira Gomes*.

2010767624

G. A. M. P. C. — GESTÃO E ALUGUER MÁQUINAS PARA CORTIÇA, S. A.**Anúncio n.º 7681-OJ/2007**

Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira. Matrícula n.º 8755/040908; identificação de pessoa colectiva n.º 507041453; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 8/040908.

Certifico que pela apresentação supra-referida a sociedade indicada foi constituída, que se rege pelo seguinte contrato:

CAPÍTULO I**Designação, sede e objecto**

Artigo 1.º

A sociedade adopta a denominação G. A. M. P. C. — Gestão e Aluguer Máquinas para Cortiça, S. A., e reger-se-á pelos presentes estatutos e demais legislação aplicável.

Artigo 2.º

A sociedade tem a sua sede no lugar do Regato, 867, na freguesia de São João de Ver, concelho de Santa Maria da Feira.

§ único. Por decisão do administrador único, a sociedade pode:

- a) Deslocar a sua sede dentro do concelho de Santa Maria da Feira ou para concelhos limítrofes;
- b) Criar sucursais, agências, delegações ou outras formas de representação da sociedade, no território nacional ou estrangeiro.

Artigo 3.º

A sociedade tem por objecto a gestão e aluguer de máquinas novas e usadas para o sector da cortiça; compra e venda de imóveis, compra e venda de automóveis novos e usados; papelaria.